

**Ata 3ª Reunião Plenária do Comitê das Bacias Hidrográficas da Serra da Mantiqueira  
CBH-SM**

Aos 18 dias do mês de dezembro do ano de 2009, foi realizada na sede da Câmara Municipal do Município de São Bento do Sapucaí, sita à Rua Sargento José Lourenço, 190, centro, a 3ª Reunião Plenária do Comitê das Bacias Hidrográficas da Serra da Mantiqueira (CBH-SM). Os trabalhos foram presididos pelo Sr. José Augusto de Guarnieri Pereira, Prefeito do Município de Santo Antonio do Pinhal e Presidente do Comitê das Bacias Hidrográficas da Serra da Mantiqueira e secretariado pelo Eng. Fabricio Cesar Gomes, Secretário Executivo do CBH-SM. Após agradecer a presença dos membros do comitê, das autoridades presentes e dos convidados, e à Câmara Municipal do Município de São Bento do Sapucaí, pela cessão do nobre espaço, foi dado início aos trabalhos, com a chamada dos integrantes para a formação da mesa, na seguinte ordem: Sr. José Augusto de Guarnieri Pereira, Presidente do CBH-SM e Prefeito do Município de Santo Antonio do Pinhal; Dr. Ricardo Soares Navarro Cabral, Promotor Público de São Bento do Sapucaí, representando o Ministério Público; Sr. Paulo Roberto de Carvalho, vice-presidente do CBH-SM; Sr. Fabricio Cesar Gomes, Secretário Executivo do CBH-SM; Sr. Hermes Rodrigues Nery, presidente da Câmara Municipal de São Bento do Sapucaí; Sra. Simone Costa, Secretária do Meio Ambiente e Agricultura do Município de São Bento do Sapucaí, representando o Sr. Ildefonso Mendes Neto, Prefeito daquela municipalidade. Foi ainda citada a presença das Srtas. Márcia Azeredo, Secretária de Turismo e Desenvolvimento do Município de São Bento do Sapucaí e Maira Aguiar, Secretária de Planejamento e Gestão do Município de São Bento do Sapucaí. Também presentes os senhores Vereador José Antonio Marcondes, representando a presidência da Câmara Municipal de Santo Antônio do Pinhal, o vereador Rubens Camargo, da Câmara Municipal de Santo Antonio do Pinhal, a Sra. Iraci da Silva Leme Monteiro, Gerente da Agência Ambiental do Município de Campos do Jordão, o Sr. Cláudio Sirim, Secretário do Meio Ambiente do Município de Campos de Jordão, a Sra. Ana Maria Gouveia, representando a Fundação Cristiano Rosa, a Sra. Célia Serrano, Diretora do Parque Estadual de Campos do Jordão e dos Mananciais e o Sr. João Mauro Carrillo, Gestor da APA Estadual de Campos do Jordão e Sapucaí Mirim. Em seguida, foi executado o Hino Nacional Brasileiro. Dando inícios aos trabalhos, o Presidente da Mesa Sr. José Augusto de Guarnieri Pereira, Presidente do CBH-SM, cumprimentou a todos e manifestou sua alegria pela realização do evento. Fez questão de salientar esse último encontro do ano, destacando o bom andamento dos trabalhos ao longo do período e o sucesso das realizações propostas. Apesar da queda expressiva da arrecadação tributária dos municípios envolvidos, gerando dificuldades orçamentárias e diminuição dos recursos para comprometimento dos 20% da contrapartida, justificando dessa forma, a elaboração de um documento aprovado pelos demais comitês do Estado, e enviado ao Conselho Estadual, o qual gerou a aprovação de uma nova realidade para os recursos do FEHIDRO, com diminuição do valor da contrapartida e assim permitindo o sucesso de vários empreendimentos. Fez questão de ressaltar as alterações promovidas em decorrência desta reivindicação: para os municípios com população até 50 mil habitantes, de 20% para 2%, com os municípios acima de 50 mil habitantes, de 20% para 5% e a sociedade civil de 20% para 10%. Encerrando suas palavras, agradeceu o empenho e dedicação de todos os integrantes do CBH-SM, desde o seu secretário executivo, até os seus técnicos. Solicitou ainda para o próximo ano, o mesmo empenho e dedicação por parte de todas as pessoas envolvidas. Em seguida foi dada a palavra ao Vereador Hermes Rodrigues, que após cumprimentar a todos, falou das atividades da Câmara Municipal de São Bento do Sapucaí, ao longo do ano de 2009, dando ênfase para os projetos voltados para a conscientização ambiental, e mais especificamente em relação ao CBH-SM. Citou o principal problema de sua municipalidade: as enchentes. Lembrou da necessidade de projetos para minimizar esse verdadeiro drama dos moradores de São Bento do Sapucaí. Em seguida foi dada a palavra à Sra. Simone Costa, que lembrou dos benefícios gerados ao seu município, oriundos dos recursos do FEHIDRO, e fez questão de prever dias melhores com a diminuição da



51 contrapartida. Voltou ao problema das enchentes, anunciando a aquisição de uma máquina para  
52 desassoreamento dos rios de toda a região e do empenho da administração municipal em sanar os  
53 problemas dentro de um menor espaço de tempo possível. Em seguida, foi dada a palavra ao Dr.  
54 Ricardo Soares Navarro Cabral, que confessando sua falta de conhecimento técnico na área ambiental,  
55 ressaltou sua intenção de buscar apoio a nível federal para benefício da região e também maior  
56 divulgação do chamado "Ministério Público Preventivo", agora em desenvolvimento, com a proposta  
57 de aproximar a Justiça da população, promovendo e enaltecendo projetos ambientais com a garotada  
58 das escolas visando a sua conscientização na construção de um mundo melhor. Salientou o bom uso.  
59 em benefício da região, do dinheiro público oriundo do FEHIDRO. Em seguida, o Presidente da Mesa  
60 agradeceu a presença de todos e foi desfeita a mesa. Dando continuidade aos trabalhos, foi feita a  
61 chamada dos órgãos e respectivos membros titulares ou suplentes com direito a voto: PMECJ, Ana  
62 Cristina Machado César, suplente, Carlos Roberto Rocha Pelegatti; PMECJ, Secretário do Meio  
63 Ambiente, Cláudio Luciano Sirim; PM Santo Antonio do Pinhal José Augusto Guarnieri Pereira; PM  
64 Santo Antonio do Pinhal, Fernando Katayama; PM São Bento do Sapucaí, Ildefonso Mendes Neto  
65 suplente Maria de Fátima Pinho; AMA São Bento Beatriz Penteado Nomônaco por procuração  
66 Gilberto Aluisio da Rosa( procuração que não foi aceita tendo em vista que os membros da Sociedade  
67 Civil devem estar inscritos dentro do prazo legal estabelecido) e que não tem direito a voto;  
68 Associação dos Engenheiros e Arquitetos de Campos do Jordão Paulo Roberto de Carvalho; OAB de  
69 Campos do Jordão, Dr. Elias Nejar Badu Mahfud; Associação Comercial de Campos do Jordão, José  
70 Roberto Yamada; Instituto Águas do Prata, Elvira Rose Atuati; ASSEMAN Jose Geraldo Martins  
71 Junior; Cooperativa Agropecuária de São Bento do Sapucaí, Jose Benedito Moreira Jr.; Câmara  
72 Municipal de São Bento do Sapucaí, Hermes Rodrigues Néri; DAEE, Fabrício César Gomes; Sabesp,  
73 Sebastião Caetano Ferreira de Lima, suplente Fabio Okamoto Fagundes; Cetesb Iraci da Silva Leme  
74 Monteiro; Secretaria do Meio Ambiente, Célia Maria de Toledo Serrano; Secretaria da Agricultura,  
75 Paulo Henrique Salgado de Queiroz, suplente Francisco Nelson Mascarenhas e Silva; Secretaria de  
76 Saúde, Antonio Cláudio Freire Guimarães; Polícia Ambiental, Sargento Paulo Roberto Fernandes,  
77 suplente, Tenente Rodrigo Fernandes Dourado; PMSBS, Simone Cristina Costa Souza. Em seguida, os  
78 senhores Fabrício assumiu os trabalhos para dar início à votação. O Eng. Antonio Julio Martins Lemos,  
79 representante da Sociedade Amigos de Bairro Alto do Capivari-SABAC, levantou uma questão de  
80 ordem por não estar a mesa composta por 7 entidades da Sociedade Civil e que portanto a SABAC,  
81 por seu representante, teria direito a voto e que a Sociedade Civil não tendo 7 entidades suplentes,  
82 mas apenas 2 entidades, e sendo o primeiro suplente, conforme votação realizada entre os membros da  
83 Sociedade Civil, teria direito a voto. Citado o caso do Sr. Antonio Júlio, suplente da Sociedade Civil,  
84 levado para consulta junto aos presentes, sobre a possibilidade de exercer a suplência de qualquer  
85 entidade. O Sr. Antonio Cláudio, da Secretaria da Saúde, disse da legalidade dessa informação, caso  
86 constar em ata que ele pode ser suplente de qualquer outra entidade. Sua participação pode redundar  
87 em problemas futuros, quanto ao questionamento da validade do seu voto. Foi pedida a apresentação  
88 da respectiva ata, que foi explanado pelo do Dr. Elias, que a suplência seria da pessoa e não da  
89 entidade. Por questão de ordem foi suspensa a votação até a apresentação e análise da ata da reunião,  
90 onde foi acertada essa discussão, para esclarecimento definitivo da polêmica. No retorno aos trabalhos  
91 foi votada e aprovada pelos presentes a participação do Eng. Antonio Julio. O Eng. Antonio Julio foi  
92 chamado a tomar parte da mesa e a exercer o seu direito de voto. Foi ainda proposto que a Sociedade  
93 Civil se reunisse e desse a redação correta a Ata em que foram empossados os membros da Sociedade  
94 Civil. Na próxima reunião do comitê será retificada a ata redigida por ocasião da eleição do comitê.  
95 Entrando na Ordem do Dia, como primeiro item da pauta, tratou-se da aprovação da ata da reunião  
96 realizada na cidade de Santo Antonio do Pinhal, onde foi aprovado o pacote de projetos e outras ações  
97 que fazem parte da deliberação 005. Aprovada. Votação sobre a deliberação 006/ad referendun, CBH.  
98 tratando do uso de uma verba suplementar de R\$ 348 mil, aplicada em um projeto da carteira  
99 suplementar, do município de Campos do Jordão, com o título de "Atualização da Base Digital por  
100 meio de levantamento aerofotogramétrico". A verba cobriu esse trabalho. Aprovada. Em seguida, teve

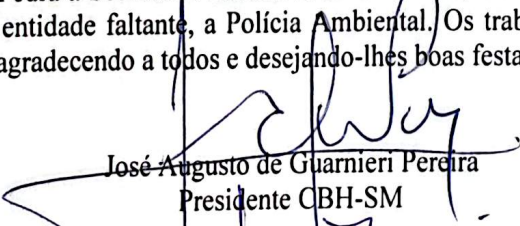


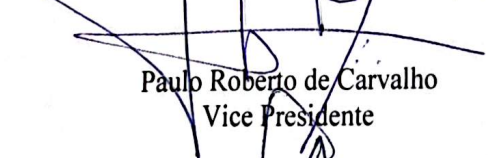
101 a discussão sobre a deliberação 007, que trata da aprovação do Plano de Bacias. Houve uma discussão  
102 sobre a inversão da pauta, e esclarecido pelo Presidente da Mesa que o Plano de Bacias se tratava da  
103 Deliberação 008. O secretário executivo Fabrício, tomou a palavra, esclarecendo sobre a contratação  
104 da CPTI em 2007, com destaque para as mudanças promovidas pelo FEHIDRO, e a efetivação da  
105 concretização dos trabalhos. Acertado em 19 de junho, foi feito o cronograma, com prazo de 10 meses  
106 para conclusão. Dos quais, quatro meses entrando no ano de 2010. Lembrado a Deliberação 62 que  
107 estabelece prazos para o Plano de Bacias, e que não cumpridos gerou a perda de 50% do valor a ser  
108 aplicado no exercício posterior. Dessa forma foi mais uma vez salientada a importância da aprovação  
109 do Plano de Bacias. Em seguida o Sr. Alexandre Gonçalves da Silva, representando a empresa CPTI,  
110 falou de como foram desenvolvidos os trabalhos, do envolvimento de dezenas de pessoas de todas as  
111 camadas da sociedade. A análise de assunto por assunto. A coleta de informações através de várias  
112 oficinas e com o apoio e trabalhos apresentados pela Secretaria Executiva da SM e a condensação de  
113 um vasto material de importância relevante e fundamental para a região da Serra da Mantiqueira e para  
114 a conclusão dos trabalhos que levaram ao Plano de Bacias. Falou dos prazos para atender às exigências  
115 do Estado. E destacou que o trabalho apresentado é uma situação real de nossa região, não uma cópia  
116 grosseira de outros trabalhos congêneres. Um espelho e amostra real da região onde os três municípios  
117 estão localizados. O Sr. Fabrício, interferiu, dizendo não se tratar de uma “cola”, mas do resultado de  
118 uma árdua tarefa, que contou com a participação importante dos integrantes da Secretaria Executiva do  
119 CBH, nomeando os técnicos Rafael e Vicente e os administrativos Marcelo e Alemão. Em seguida, o  
120 Dr. Elias, solicitou alteração do parágrafo único, referindo-se à aprovação do Plano de Bacias, que diz  
121 “impreterivelmente até o dia 31 de dezembro de 2009, caso contrário não seja cumprido a aprovação,  
122 fique automaticamente cancelada.” O Sr. Alexandre falou que em relação ao prazo não há o que se  
123 discutir, pois caso não seja cumprido fica automaticamente perdida metade da verba a que se tem  
124 direito. O Eng. Antonio Júlio, pediu esclarecimentos sobre a assinatura da empresa que realizou o  
125 trabalho com auxílio do CBH-SM, atestando assim a conclusão do trabalho. Alegou que estava sendo  
126 votado um trabalho incompleto. O Sr. Alexandre, informou que a empresa já havia assinado, atestando  
127 a conclusão dos trabalhos mediante a apresentação de outros documentos, embora ainda exista  
128 algumas ressalvas e complementações para serem concluídas até abril de 2010. Em seguida a Sra.  
129 Iraci, Gerente da Agência Ambiental da Cetesb, alertou para a necessidade da aprovação do Plano de  
130 Bacias, sob pena de se perder verbas importantes para obras relacionadas com o meio ambiente e  
131 proteção aos nossos mananciais. O vereador Hermes pediu maiores esclarecimentos sobre o PARNA  
132 da Serra da Mantiqueira e suas conseqüências para sua cidade de São Bento do Sapucaí. O Sr.  
133 Alexandre falou que foram estudadas durante várias oficinas, as propostas do governo federal e as  
134 posições da sociedade civil da região. Em seguida deu-se início aos trabalhos de votação para  
135 aprovação do Plano de Bacias. Surgiu, então, uma dúvida quanto ao modo como estava redigido o  
136 Caput e o Artigo 1º da Deliberação 008/09 referente ao Plano de Bacias. Sugerida a correção por  
137 tratar-se de erro de digitação faltando vírgula após a palavra “anexo”. Foi pedida a votação pelo  
138 plenário e aceita a alteração, corrigindo a contradição entre o Caput e o Artigo 1º. Ficando: Caput –  
139 “Aprova o Plano de Bacias da UGRHI-1 – Serra da Mantiqueira, para o período 2009/2012”. Em  
140 seguida a Sra. Ana Maria de Gouveia, integrando a platéia, sugeriu que a data fosse alterada de 31 de  
141 dezembro de 2009, para 30 de dezembro de 2009, procurando dessa forma, evitar a perda de prazo de  
142 entrega, pois normalmente no dia 31 não há efetivo trabalho de jornada de trabalho completa. Em  
143 votação, o plenário aprovou essa alteração. O Sr. Antonio Cláudio, da Secretaria da Saúde, alertou  
144 para o fato de serem evitados textos ou expressões que levem à interpretação dúbia. Alertando que o  
145 Plano de Bacias ainda carece de um aprimoramento e alterações as quais poderão ocorrer até o mês de  
146 maio de 2010, embora esteja sendo agora aprovado como sendo completo. Em seguida foi proposta a  
147 alteração do Parágrafo Único e artigo 3º, alterando a numeração deste, para Artigo 2º. Feita a votação,  
148 essa alteração foi aprovada pelo plenário. Teve início então a votação para aprovação do Plano de  
149 Bacias. Feita a contagem, resultou em 13 votos favoráveis e 3 contrários. Aprovado por maioria de  
150 votos. Em seguida foi votada e aprovada a Deliberação 07, com apresentação de um trabalho

151 elaborado pela Secretaria Executiva do CBH-SM e Câmara Técnica de Planejamento e Assuntos  
152 Institucionais, tratando da situação atual dos recursos hídricos no ano de 2009. A partir de então teve  
153 início a discussão para votação da Deliberação 09, que dispõe sobre a implementação da cobrança pelo  
154 uso da água. O vereador Hermes, falou da dificuldade em defender a cobrança, tendo em vista a  
155 posição contrária tomada pela população de sua cidade. Pediu maiores esclarecimentos para que ele  
156 próprio tivesse um posicionamento correto. O Eng. Fabrício usou a palavra falando que a cobrança  
157 pelo uso da água é uma das prioridades da Secretaria de Estado do Meio Ambiente. tarefa em que o  
158 secretário Francisco Graziano está pessoalmente empenhado. Defendendo a cobrança, esclareceu o  
159 longo estudo realizado há dois anos, envolvendo todas as camadas da sociedade. Esclareceu que a  
160 cobrança é um instrumento de gestão, que visa trazer capital necessário na recuperação dos recursos  
161 hídricos da região. Em outras palavras, aplicar um pouco do que se ganha com o uso da água, na  
162 recuperação e manutenção das bacias. O Sr. Marcos da SABESP, usou a palavra procurando esclarecer  
163 sobre o destino dos valores arrecadados, anunciando que os recursos serão elencados para os  
164 chamados Plano de Duração Continuada (PDC), divididos em 4 partes: PDC1, com até 20% do valor,  
165 aplicado para trabalhos ligados à base de dados, cadastro, estudo e levantamentos. PDC2, destinado ao  
166 gerenciamento dos recursos hídricos. PDC 3, destinado à recuperação de qualidades dos corpos de  
167 água. PDC 4 destinado à capacitação técnica de pessoal e aquisição e manutenção de equipamentos.  
168 Salientou que dos valores arrecadados na região da Serra da Mantiqueira, o maior pagador é a  
169 SABESP. Dos aproximadamente R\$102 mil inicialmente previstos, R\$91.600 virão da SABESP. O  
170 restante virá de aproximadamente R\$ 11 mil oriundos das empresas e R\$ 1,3 mil, de pessoas que  
171 realizam captação de poços, rios, com sistema de abastecimentos próprios. O Eng. Antonio Júlio  
172 propôs adiamento da votação porque foi apresentado anteriormente um valor arrecadado de R\$ 102  
173 mil, e agora, R\$ 274 mil. O Sr. Marcos esclareceu que esse valor estaria levando em conta outorgas  
174 futuras, com data ainda incerta e portanto sem previsão de efetiva arrecadação. Na condição de  
175 coordenador da câmara, ele informou que uma futura cobrança no valor de R\$ 274 mil só será possível  
176 quando o DAEE apresentar um cadastro atualizado. Novamente entrou em discussão a alteração do  
177 valor a ser arrecadado, vindo à tona também o aspecto da "unidade mínima tarifada". O vereador  
178 Hermes pediu que constasse em ata, sua decisão de votar contra, apenas porque ainda não havia sido  
179 esclarecido quem realmente iria ter que pagar, provavelmente em prejuízo dos consumidores mais  
180 pobres. Em meio à discussão surgiu a hipótese de que essa decisão tinha caráter político, por tratar-se  
181 de uma promessa eleitoral. O Eng. Fabrício pediu a palavra e esclareceu que a cobrança não abrange  
182 o setor rural ainda e tampouco os usuários com consumo inferior a 5 metros cúbicos/dia. Afirmou que  
183 não aprovar a cobrança é jogar no lixo dois anos de trabalho. O dinheiro arrecadado visa melhorias  
184 para agir na área do lançamento em função da carga orgânica. O Eng. Antonio Julio protestou pelo  
185 termo usado pelo Eng. Fabrício "jogar no lixo". O Eng. Mostarda, usou da palavra para informar que  
186 o governo estadual tem um programa para implementação da cobrança do uso da água em todos os  
187 comitês. E que o comitê tem autonomia para fazer essa implementação. Citou que pela Deliberação  
188 007 de 10 de outubro de 2007, foi decidido que seria cobrado o uso da água, após diversos seminários  
189 com autoridades as mais diversas, usuários e especialistas. Que usuários da indústria, comércio e  
190 saneamento são os únicos que estão sujeitos à cobrança. Salientou os benefícios concedidos pelo  
191 Estado, às regiões que adotaram a cobrança. Disse que em nossa região, R\$ 7 milhões já foram  
192 destinados. Valor oriundo de royalties e transformados em benefício da população. Disse que na  
193 verdade, deveria ser usada a expressão "cobrança pelo mau uso da água", pois um usuário que  
194 satisfaça às exigências da CETESB, atendendo às normas técnicas, estará isento da cobrança. A Sra.  
195 Tereza, usou a palavra na condição de cidadã, afirmando que como defensora do meio ambiente, tem o  
196 dever de alertar que "a água é um bem comum e tem valor econômico, e que a cobrança pelo seu uso  
197 vai fazer com que o usuário tenha responsabilidade pelo uso e devolução para a natureza. Quem  
198 explora como valor econômico tem que ter cuidado. Quem polui mais, paga mais." Foi então realizada  
199 a votação da proposta do Eng. Antonio Júlio, para adiamento da discussão até que novos fatos sejam  
200 trazidos à tona e esclarecidas todas as dúvidas. O Eng. Fabrício alertou que uma alteração na data da



201 votação, iria provocar um atraso para 2011, o que não ficaria bem para o CBH-SM junto às  
202 autoridades estaduais. Deu ênfase para o fato de que "é um tremendo retrocesso e voltar atrás, é querer  
203 reinventar a roda. Todos os comitês de bacia do Estado de São Paulo já aprovaram. Mas nem todos  
204 estão cobrando." Alguém afirmou que no Paraíba do Sul, "a implementação foi feita em seis meses".  
205 Realizada a votação para adiamento, resultou em votação unânime a favor do adiamento. Foi marcado  
206 o dia 18 de março de 2010 para nova votação. Encerrando os trabalhos, o Presidente parabenizou a  
207 todos pelo espírito democrático, dando mais um tempo para amadurecimento e conhecimento melhor  
208 sobre o complexo tema da cobrança pelo uso da água. O Eng. Fabrício falou da vitória pela aprovação  
209 do Plano de Bacias. Por fim, o Dr. Elias, pediu que constasse em ata, um requerimento pedindo às  
210 entidades que não comparecerem em três reuniões seguidas, a substituição de seus membros  
211 inicialmente nomeados. Pediu à Secretaria Executiva do CBH-SM, a notificação das entidades, dando  
212 como exemplo claro de entidade faltante, a Polícia Ambiental. Os trabalhos foram encerrados às 13  
213 horas, com o Presidente agradecendo a todos e desejando-lhes boas festas.  
214  
215

216   
José Augusto de Guarnieri Pereira  
Presidente CBH-SM

217   
218 Paulo Roberto de Carvalho  
219 Vice Presidente

220   
221 Fabrício César Gomes  
222 Secretário Executivo CBH-SM  
223  
224  
225